

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI N° 0023484231/2024 - SES.UAD.ATL

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

A administração pública, no desempenho de suas funções, adquire bens móveis permanentes essenciais para o desenvolvimento de suas atividades e para a prestação de serviços públicos à população. No entanto, com o passar do tempo e o desgaste natural, esses bens podem se tornar obsoletos, inutilizáveis ou antieconômicos, seja por falta de uso, danos irreparáveis ou custos de manutenção excessivos.

Quando um bem permanente deixa de atender às necessidades da administração e não possui mais utilidade para a finalidade original, torna-se imprescindível o seu desfazimento. Essa medida visa não apenas liberar espaço físico e reduzir os custos de armazenamento, mas também gerar recursos financeiros para a aquisição de novos bens que atendam às demandas atuais da administração pública.

O desfazimento de bens inservíveis é um processo regulamentado por leis e normativas específicas, que visam garantir a transparência, a economicidade e o interesse público. A alienação desses bens pode ocorrer por meio de leilão, venda direta, doação ou destruição, dependendo das características e do estado de conservação de cada item.

A alienação dos bens visa otimizar a gestão do patrimônio público, liberando espaço físico e recursos financeiros, além de evitar a depreciação e custos com a manutenção de veículos inservíveis. Os recursos obtidos com a venda dos bens serão reinvestidos na aquisição de novos veículos, melhorando a qualidade dos serviços prestados à população.

Em suma, o desfazimento de bens móveis permanentes inservíveis é uma medida administrativa essencial para a gestão eficiente do patrimônio público, permitindo a renovação do acervo, a otimização dos recursos e a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade.

2 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

O Plano de Contratações Anual foi dispensado por meio do Decreto nº 51.742/2022, que aprovou a Instrução Normativa nº 04/2022 (0015231284), sendo necessária sua elaboração somente no exercício de 2024, porém, até a data de elaboração deste documento, a Administração Municipal não divulgou o Plano de Contratações Anual do exercício de 2024. Registra-se que a contratação está prevista no plano de ações da Secretaria Municipal de Saúde de Joinville para o ano de 2024.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Para a adequada satisfação da necessidade da Administração, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

1. O leiloeiro deverá ser pessoa jurídica e comprovar capacidade técnica por meio de atestados de serviços realizados na área, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem a experiência na realização de leilões presenciais e online, nos últimos 3 anos.

2. O leiloeiro deverá apresentar Alvará de funcionamento e comprovação de registro na Junta Comercial.
3. O leiloeiro deverá realizar o leilão em modo online, disponibilizando plataforma digital para lances online.
4. O leiloeiro deverá disponibilizar visitação pública para avaliação dos bens, com antecedência mínima de 2 dias úteis da data do leilão.
5. O leiloeiro deverá realizar ampla divulgação do leilão, incluindo anúncio em jornal de grande circulação e mídias online, com antecedência mínima de 10 dias úteis da data do leilão.
6. A descrição detalhada dos bens, incluindo fotos, deverá estar disponível na plataforma digital e no edital do leilão.
7. O leiloeiro deverá garantir a segurança e transparência do processo, com registro de lances e identificação dos arrematantes.
8. O pagamento dos bens arrematados deverá ser realizado em até 3 dias úteis após o leilão, por meio de depósito bancário ou transferência eletrônica.
9. A retirada dos bens arrematados deverá ser realizada em até 10 dias úteis após o leilão, com responsabilidade do arrematante por todos os custos e encargos.

É importante ressaltar que esses são apenas requisitos mínimos, e a Administração poderá incluir outros critérios e práticas de sustentabilidade, como a exigência de que o leiloeiro utilize materiais reciclados na divulgação do leilão ou que os bens arrematados sejam destinados a projetos sociais.

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 - Para a presente contratação, a estimativa das quantidades foi obtida considerando-se os veículos atualmente sem uso pela Secretaria de Saúde, seja por estarem obsoletos ou em decorrência do desgaste natural das peças e de sua manutenção onerosa aos cofres públicos.

4.2 - A quantidade estimada de veículos que deverão ser encaminhados para leilão está demonstrada na tabela abaixo:

Item	Descrição	Unidade de Medida	Total de Itens
1	AUTOMÓVEL - MARCA/MODELO RENAULT/SANDERO EXP 16 - ANO 2012 - PLACA MJS3011 - BRANCA - Gasolina	Unidade	1
2	AUTOMÓVEL - MARCA/MODELO RENAULT/SANDERO EXP 16 - ANO 2012 - PLACA MJS3251 - BRANCA - Gasolina	Unidade	1
3	AUTOMÓVEL - MARCA/MODELO RENAULT/SANDERO EXP 16 - ANO 2012 - PLACA MJS3441 - BRANCA - Gasolina	Unidade	1
4	AUTOMÓVEL - MARCA/MODELO RENAULT/SANDERO EXP 16 - ANO 2012 - PLACA MJS4021 - BRANCA - Gasolina	Unidade	1

5	AUTOMÓVEL - MARCA/MODELO CHEV/SPIN 1.8 L AT LT - ANO 2012 - PLACA AWB0675 - BRANCA - Gasolina	Unidade	1
6	AUTOMÓVEL - MARCA/MODELO GM/CLASSIC SPIRIT - ANO 2006 - PLACA MDD4305 - BRANCA - Gasolina	Unidade	1
7	AUTOMÓVEL - MARCA/MODELO VW/KOMBI - ANO 2008 - PLACA MFH9105 - BRANCA - Gasolina	Unidade	1
8	AUTOMÓVEL - MARCA/MODELO RENAULT/SANDERO AUT1016V - ANO 2012 - PLACA MKA2878 - BRANCA - Gasolina	Unidade	1
9	AUTOMÓVEL - MARCA/MODELO RENAULT/SANDERO AUT1016V - ANO 2012 - PLACA MKA2928 - BRANCA - Gasolina	Unidade	1
10	AUTOMÓVEL - MARCA/MODELO RENAULT/SANDERO AUT1016V - ANO 2011 - PLACA MMD1059 - BRANCA - Gasolina	Unidade	1
11	AUTOMÓVEL - MARCA/MODELO RENAULT/SANDERO AUT1016V - ANO 2012 - PLACA MMD1069 - BRANCA - Gasolina	Unidade	1
12	AUTOMÓVEL - MARCA/MODELO I/RENAULT KANGOO ALL AMB - ANO 2012 - PLACA MKF0971 - BRANCA - Gasolina	Unidade	1
13	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO HONDA/CG150 CARGO ESD - ANO 2016 - PLACA QHZ0781 - BRANCA - GASOLINA	Unidade	1
14	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO HONDA/CG150 CARGO ESD - ANO 2016 - PLACA QHZ1091 - BRANCA - GASOLINA	Unidade	1
	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO		

15	HONDA/CG150 CARGO ESD - ANO 2016 - PLACA QHZ1641 - BRANCA - GASOLINA	Unidade	1
16	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO HONDA/CG150 CARGO ESD - ANO 2016 - PLACA QHZ1821 - BRANCA - GASOLINA	Unidade	1
17	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO HONDA/CG150 CARGO ESD - ANO 2016 - PLACA QHZ1921 - BRANCA - GASOLINA	Unidade	1
18	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO HONDA/CG150 CARGO ESD - ANO 2016 - PLACA QHZ1981 - BRANCA - GASOLINA	Unidade	1
19	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO HONDA/CG150 CARGO ESD - ANO 2016 - PLACA QHZ2031 - BRANCA - GASOLINA	Unidade	1
20	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO HONDA/CG150 CARGO ESD - ANO 2016 - PLACA QHZ2061 - BRANCA - GASOLINA	Unidade	1
21	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO HONDA/CG125 CARGO KS - ANO 2011 - PLACA MIU1577 - BRANCA - GASOLINA	Unidade	1
22	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO HONDA/CG125 CARGO KS - ANO 2011 - PLACA MIU3037 - BRANCA - GASOLINA	Unidade	1
23	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO HONDA/CG125 CARGO KS - ANO 2011 - PLACA MIU3317 - BRANCA - GASOLINA	Unidade	1
24	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO HONDA/CG125 CARGO KS - ANO 2011 - PLACA MIU4137 - BRANCA - GASOLINA	Unidade	1
25	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO HONDA/CG125 CARGO KS -	Unidade	1

	ANO 2011 - PLACA MIU4147 - BRANCA - GASOLINA		
26	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO HONDA/CG125 CARGO KS - ANO 2011 - PLACA MIU4167 - BRANCA - GASOLINA	Unidade	1
27	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO HONDA/CG125 CARGO KS - ANO 2011 - PLACA MIU4207 - BRANCA - GASOLINA	Unidade	1
28	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO HONDA/CG125 CARGO KS - ANO 2011 - PLACA MIU4217 - BRANCA - GASOLINA	Unidade	1
29	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO HONDA/CG125 CARGO KS - ANO 2011 - PLACA MJH6518 - BRANCA - GASOLINA	Unidade	1
30	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO HONDA/BIZ 125 ES - ANO 2015 - PLACA QHM3220 - PRATA - GASOLINA	Unidade	1
31	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO HONDA/BIZ 125 ES - ANO 2015 - PLACA QHM3320 - PRATA - GASOLINA	Unidade	1
32	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO HONDA/BIZ 125 ES - ANO 2015 - PLACA QHM3640 - PRATA - GASOLINA	Unidade	1
33	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO HONDA/BIZ 125 ES - ANO 2015 - PLACA QHM4330 - PRATA - GASOLINA	Unidade	1
34	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO HONDA/BIZ 125 ES - ANO 2015 - PLACA QHL9410 - PRATA - GASOLINA	Unidade	1
35	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO HONDA/BIZ 125 ES - ANO 2015 - PLACA QHM3560 - PRATA -	Unidade	1

	GASOLINA		
36	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO HONDA/BIZ 125 ES - ANO 2015 - PLACA QHM3680 - PRATA - GASOLINA	Unidade	1
37	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO HONDA/BIZ 125 ES - ANO 2015 - PLACA QHM3730 - PRATA - GASOLINA	Unidade	1
38	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO HONDA/BIZ 125 - ANO 2020 - PLACA RDV7A68 - BRANCA - GASOLINA	Unidade	1
39	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO HONDA/BIZ 125 - ANO 2020 - PLACA RDV7B78 - BRANCA - GASOLINA	Unidade	1
40	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO HONDA/BIZ 125 - ANO 2020 - PLACA RDV7C38 - BRANCA - GASOLINA	Unidade	1
41	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO HONDA/BIZ 125 - ANO 2020 - PLACA RDV7C78 - BRANCA - GASOLINA	Unidade	1
42	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO HONDA/BIZ 125 - ANO 2020 - PLACA RDV7D08 - BRANCA - GASOLINA	Unidade	1
43	MOTOCICLETA - MARCA/MODELO HONDA/BIZ 125 - ANO 2020 - PLACA RDV7E18 - BRANCA - GASOLINA	Unidade	1
44	FURGÃO AMB - MARCA/MODELO RENAULT/KANGOO ALL AMB - ANO 2011 - PLACA MKF0841 - BRANCA - Gasolina	Unidade	1
45	FURGÃO AMB - MARCA/MODELO CITROEN/JUMPER F35LH 23S - ANO 2015 - PLACA QHU9655 - BRANCA - Diesel	Unidade	1

46	SUCATA - MARCA/MODELO FIAT/UNO MILLE SMART - ANO 2001 - PLACA MBY9542 - BRANCA - GASOLINA	Unidade	1
----	---	---------	---

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Após análise das soluções de mercado, como leilão presencial, venda direta e doação, concluiu-se que o leilão online é a modalidade mais vantajosa para a alienação dos bens, pois permite alcançar um público maior, aumentando a competitividade e a possibilidade de obter melhores preços.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 Considerando que em se tratando de leilão, haverá a disputa entre os interessados, sendo repassado para a Administração o valor conforme arrematação.

6.2 No entanto, conforme avaliação prévia, o valor estimado para o leilão é de R\$ 329.878,73 (trezentos e vinte e nove mil, oitocentos e setenta e oito reais e setenta e três centavos).

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

a) Após análise das soluções de mercado, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a alienação dos bens inservíveis por meio de leilão online, a ser realizado por leiloeiro público oficial devidamente registrado na Junta Comercial.

b) A realização do leilão de forma online visa ampliar a participação de potenciais compradores, maximizando o valor arrecadado com a venda dos bens.

c) A contratação do leiloeiro público oficial se justifica pela expertise e conhecimento técnico necessário para a realização do leilão, incluindo a avaliação dos bens, a divulgação do evento, a condução do leilão e a formalização da venda. Adicionalmente, o leiloeiro público oficial possui a responsabilidade legal pela realização do leilão, garantindo a segurança jurídica para a Administração Pública.

d) A solução de alienação dos bens inservíveis por meio de leilão online, conduzido por leiloeiro público oficial, se mostra como a mais vantajosa para o interesse público, pois permite a obtenção do melhor preço pelos bens, a redução de custos de armazenamento e manutenção, a otimização do espaço físico e a geração de receita para a Administração Pública.

A solução de alienação dos bens inservíveis por meio de leilão online, conduzido por leiloeiro público oficial, se mostra como a mais vantajosa para o interesse público, pois permite a obtenção do melhor preço pelos bens, a redução de custos de armazenamento e manutenção, a otimização do espaço físico e a geração de receita para a Administração Pública. O leilão será realizado em plataforma online, com ampla divulgação, permitindo a participação de interessados de todo o país.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

a) é tecnicamente viável dividir a solução/contratação?

Sim, é tecnicamente viável dividir a solução/contratação. No caso do leilão de veículos, cada veículo pode ser considerado um item individual e independente, não havendo necessidade de adjudicação conjunta.

b) é economicamente viável dividir a solução?

Sim, é economicamente viável dividir a solução. A divisão em itens individuais permite que cada veículo seja arrematado pelo seu valor de mercado, maximizando o retorno financeiro para a Administração Pública.

c) não há perda de economia de escala ao dividir a solução?

Não há perda de economia de escala ao dividir a solução. A realização do leilão em itens individuais não impede que um mesmo arrematante adquira múltiplos veículos, caso seja de seu interesse. Além disso, a divisão em itens individuais pode atrair um número maior de participantes, aumentando a competitividade e, consequentemente, o valor final dos bens.

d) há melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?

Há melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução. A divisão em itens individuais permite que empresas e pessoas físicas de diferentes portes e interesses participem do leilão, ampliando a competitividade e garantindo um melhor aproveitamento do mercado.

e) o objeto da contratação é divisível e pode ser parcelado?

(X) Sim, é divisível e foi parcelado em tantas parcelas quanto tecnicamente e economicamente viáveis.

() É divisível, mas não poderá ser parcelado "justificar a impossibilidade de parcelamento do objeto em itens ou contratações distintas";

() Não é divisível.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Com a presente contratação, busca-se o melhor aproveitamento dos recursos públicos, através da alienação de bens que não possuem mais utilidade para a Administração Pública e que geram custos de armazenamento e manutenção.

O desfazimento dos bens inservíveis por meio de leilão visa gerar receita para a Administração Pública, que poderá ser utilizada para aquisição de novos bens ou para investimento em outras áreas prioritárias. Além disso, a alienação dos bens contribui para a otimização do espaço físico, liberando áreas que podem ser utilizadas para outras finalidades.

A realização do leilão de forma online amplia o alcance do público, potencializando a participação de interessados e, consequentemente, a arrecadação. A escolha por um leiloeiro público oficial garante a transparência e segurança do processo, além de assegurar o cumprimento da legislação.

Em suma, a contratação do leilão visa:

Economicidade: Gerar receita para a Administração Pública com a venda de bens inservíveis.

Eficiência: Reduzir custos de armazenamento e manutenção de bens sem utilidade.

Otimização: Liberar espaço físico para outras finalidades.

Transparência: Garantir a lisura e segurança do processo licitatório.

Dessa forma, a contratação do leilão se mostra como uma solução positiva para o Município, tanto do ponto de vista econômico quanto da gestão eficiente dos recursos públicos.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Importante pontuar que, quanto à equipe técnica de fiscalização, o setor de Transporte e Logística possui servidores com experiência e conhecimento acerca dos serviços a serem adquiridos.

Para a contratação, fazem-se necessárias as seguintes adequações na estrutura da Administração:

- Disponibilizar os veículos a serem leiloados em local adequado para visitação pública.
- Providenciar a documentação necessária para a transferência dos veículos arrematados, como o CRV (Certificado de Registro de Veículo) e a Certidão de Baixa de Veículo.

Não há a necessidade de contratações prévias.

Ainda, indicamos que, quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, em atendimento ao princípio da segregação de funções, o ordenador da despesa deverá observar que não se recomenda que os membros da elaboração da fase preparatória atuem como membros da comissão de fiscalização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

11.1 Não há contratações correlatas ou interdependentes para a execução do objeto deste processo licitatório.

11.2 A execução do objeto dar-se-á de forma apartada e independente de outros contratos, não havendo necessidade de aquisição de outros bens ou serviços para o fiel cumprimento do objeto.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não se vislumbra impacto ambiental para a contratação. No entanto, caso cabível, os arrematantes e leiloeiro deverão observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos

a) **Identificação de riscos:** Possibilidade de ocorrência de leilão sem interessados, por causa do valor dos lances mínimos dos bens não serem atrativos para os potenciais compradores.

b) **Análise de riscos:** Os riscos encontrados possuem como consequência a não arrecadação de recursos financeiros com a venda dos bens, a manutenção de custos de armazenamento e a não liberação do espaço físico ocupado pelos veículos. Além disso, a falta de interessados no leilão pode gerar uma percepção negativa da gestão pública, indicando falta de planejamento e organização.

c) **Tratamento de riscos:** Com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta de **mitigar** os riscos, através das seguintes ações:

Ampla divulgação do leilão: Utilizar diversos canais de comunicação, como jornais, revistas especializadas, sites e redes sociais, para divulgar o leilão e atrair um público maior.

Facilitação do acesso à visitação: Disponibilizar os bens em local de fácil acesso, com horários flexíveis para visitação, e divulgar amplamente o endereço e os horários de visitação

A adoção dessas medidas visa minimizar os riscos identificados e maximizar as chances de sucesso do leilão, garantindo a arrecadação de recursos para a Administração Pública e a liberação do espaço físico ocupado pelos bens inservíveis.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA

O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Com base neste Estudo Técnico Preliminar, a Equipe/Comissão de Planejamento declara viável a contratação de leilão de bens inservíveis à Administração, nos moldes descritos no presente Estudo Técnico Preliminar, vez que se mostrou a solução técnica e economicamente mais adequada à necessidade da Administração e fundamentadamente atende ao interesse público, considerando que os bens inservíveis serão convertidos em pecúnia.



Documento assinado eletronicamente por **Douglas Mizael Maximiano, Coordenador(a)**, em 08/11/2024, às 11:59, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Guilhermina Murtinho de Borba, Gerente**, em 08/11/2024, às 13:27, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Jocelita Cardozo Colagrande, Diretor (a) Executivo (a)**, em 08/11/2024, às 14:03, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0023484231** e o código CRC **8031BF3E**.

Rua Doutor João Colin, 2719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

24.0.164864-4

0023484231v4